

## **“ROGAI POR NÓS PECADORES”: UMA ABORDAGEM DO CULTO DOS SANTOS A PARTIR DE SUAS ORIGENS PRÉ-CRISTÃS**

Maik Antunes Rodrigues<sup>1</sup>

Alysson Luiz Freitas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Mestrando em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Minas Gerais.

<sup>2</sup>Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

**Resumo:** Pretende-se, diante de um verdadeiro fenômeno da religiosidade popular que é o chamado culto dos santos cristãos, compreender, para além da importância que estas mesmas figuras têm para quem lhes venera, como, a partir de fins do século II de nossa era, tal fenômeno pôde ser possível, haja vista o caráter monoteísta da religião cristã. Para tanto, procedeu-se a uma análise do despontar das primeiras formas de devoção aos mártires cristãos, tendo como fundamento o conceito de mentalidade, tal qual utilizado por autores como Jacques Le Goff ou Hilário Franco Júnior.

**Palavras-Chave:** religiosidade popular; culto dos santos; religião cristã; mártires; mentalidade

**Abstract:** Facing a real phenomenon of popular religiosity as the worship of Christian saints, the goal is to understand, beyond the importance that these figures are for those who venerate them, as from the end of the second century of our era, this phenomenon might be possible since the character of the Christian religion is monotheistic. For this, we did an analysis of the appearance of the earliest forms of devotion to Christian martyrs, taking, as a basis, the concept of mentality, as used by authors such as Jacques Le Goff or Hilário Franco Júnior.

**Key-words:** popular religiosity; worship of saints; Christian religion; martyrs; mentality

### **Introdução**

Se o século XIX parecia sugerir um triunfo da razão sobre as formas não racionalizadas de interpretação do real, o fato é que, em pleno século XXI, nem mesmo a laicização do ensino - aliada aos sensíveis avanços científicos e tecnológicos - foi o bastante para suprimir a presença do chamado sobrenatural na vida das pessoas. Tal persistência, entretanto, não pode ser entendida apenas pela deficiência dos serviços públicos de saúde e educação que camadas menos privilegiadas de uma sociedade, como a brasileira, sentem no seu dia-a-dia. Do contrário, como explicar o crescente interesse piedoso por parte de autoridades, empresários graduados, artistas e outras personalidades célebres pelo universo do divino, do mágico e do miraculoso?

Os motivos para um tal recurso ao chamado mundo espiritual poderiam ser buscados, também, numa necessidade - inerente à condição humana e independentemente de posição socioeconômica - de encontrar um sentido para a própria existência.

É, pois, dentro de um contexto de difícil convivência entre formas racionalizadas e mágico-religiosas de interpretação da realidade que se faz notar, nos últimos anos, e principalmente no Brasil, um crescimento impressionante da devoção que se presta aos santos do Catolicismo. Tamanha devoção já não se expressa mais apenas dentro dos antigos moldes, tais como igrejas, oratórios, procissões, romarias ou festas religiosas, mas tem invadido,

mesmo, a esfera da banalização, dada a presença destes mesmos personagens em decorações de lojas, restaurantes e bares, como de igual modo em tatuagens, bijuterias e, até mesmo, grifes de moda íntima!<sup>1</sup> O culto dos santos também já não se limita ao conjunto dos fiéis católicos, mas tem feito adeptos tanto entre pessoas de outros credos<sup>2</sup> quanto entre os não seguidores de credo algum. Segundo a antropóloga Renata Menezes, esse apego ao santos nem sempre está associado à religião, mas “às vezes, vem do simbolismo das imagens” (MENEZES apud PADILLA; MENGOZZI, 2005, p. 61). Muitos se identificam com determinados santos pelas características a eles atribuídas.

Tais figuras movimentariam, ainda, mercados lucrativos, como os de grifes de roupas modernas, lojas de artigos religiosos e, dentre outros, editoras não somente católicas como também laicas. Além do mais,

nevera tantos homens e mulheres foram santificados como nos 26 anos do pontificado de João Paulo II [...]. Foram 482 canonizações, mais do que as feitas por qualquer um dos 263 papas anteriores [...]. Com o objetivo de espalhar exemplos de conduta pelo mundo, o Vaticano simplificou, em 1983, os trâmites de santificação [...] Assim, os novos santos também são negros, índios e ciganos (PADILLA; MENGOZZI, 2005, p. 65).

Diante de um verdadeiro fenômeno de religiosidade popular como este, impõe-se, aqui, a necessidade de compreender como tal fenômeno pôde ser possível, considerando-se o caráter monoteísta da religião cristã. E para a consecução deste intuito, importante se faz, também, compreender as razões pelas quais os antigos cristãos veneraram como intercessores junto a Deus aqueles que, por não renegarem sua fé no chamado Cristo, acabaram perdendo, no contexto das perseguições, a própria vida.

## 1 As perseguições anticristãs

Percebidas num contexto situado entre os anos 64 e 313, as perseguições movidas contra os primeiros cristãos, no interior do vasto Império Romano, não foram, com exceção das ocorridas em 250 e 303, nem generalizadas nem mesmo sistemáticas. Na maioria das vezes fizeram-se esporádicas e localizadas. E no que tange às suas causas, a principal delas se identificaria com a mais pura e explícita aversão cristã a toda e qualquer forma de culto politeísta, isto é, direcionado a vários deuses. Estes já haviam sido excluídos e relegados, pelo conjunto dos adeptos do Cristo, à irremediável condição de demônios, ou seja, anjos que, por terem se rebelado contra o Todo-Poderoso, acabaram se tornando, e de maneira irreversível, espíritos essencialmente malignos (NOGUEIRA, 1986, p. 18).

Com a mesma ousadia com que insistiam na recusa em tolerar as divindades dos demais povos que habitavam o Império, os cristãos igualmente se recusavam a prestar a mínima reverência religiosa que fosse à, então, divinizada figura do imperador romano. O culto em torno deste tornou-se evidente a partir de Otávio Augusto, responsável pela inauguração do regime imperial em Roma, no ano 27 a.C. Embora Otávio recusasse um culto direcionado à sua pessoa - aceitando, porém, o de Roma<sup>3</sup> associado ao do intitulado *Augusto* - a notável era de paz e prosperidade que inaugurou já constituía, por si só, e no entender das massas crédulas, justificativa suficiente para tal culto.

<sup>1</sup> Uma calcinha de algodão com estampa de santo chama a atenção em matéria publicada pela Revista Época do dia 28 de Março de 2005.

<sup>2</sup> A exemplo dos Estados Unidos, onde, provavelmente graças à migração de milhões de hispânicos de formação católica para alguns segmentos protestantes, tem havido um movimento de revalorização da figura da Virgem Maria. Ver Padilla e Mengozzi (2005, p. 67).

<sup>3</sup> De acordo com Aymard e Auboyer (1963, p. 44), no período republicano as cidades e províncias do Oriente já veneravam a conquistadora Roma.

Na condição de *pontifex maximus* (supremo sacerdote), participava pessoalmente dos grandes colégios sacerdotais, que por ele eram recrutados e controlados. Comandava, também em pessoa, as mais importantes cerimônias do culto, além de zelar pela construção, restauração e manutenção dos templos. Seus êxitos em campo de batalha eram devidos à inspiração e à graça dos deuses. Suas imagens eram tidas como sagradas, seu nome já constituía objeto pelo qual se faziam juramentos e sua figura já era mesmo associada às mais diversas divindades (AYMARD; AUBOYER, 1963, p. 39-45). Enfim, o imperador aparecia como o grande responsável não apenas pela vida política e socioeconômica do Império, mas também pela vida religiosa oficial, agindo como verdadeiro intermediário entre o Estado e os deuses. Porém, nem todo imperador, a partir de Otávio Augusto até o século III (quando o culto à sua pessoa desaparece sob a dinastia dos Severos), fez-se venerar como um deus, embora de fato houvesse quem, dentre eles, assim o fizesse (e com abusos). Domiciano, por exemplo, sendo imperador entre 81 e 96, exigia que além de *dominus* (Senhor), também lhe chamassem *deus*, estando pronto a punir quem descumprisse sua ordem (AYMARD; AUBOYER, 1963, p. 46). Tal fato, em si mesmo, constituía motivo para que não só Domiciano, como também todos aqueles imperadores que insistissem em ser venerados semelhantemente aos deuses, criassem problemas com os monoteístas cristãos.

Dentre outras razões pelas quais foram perseguidos os cristãos, destacam-se alguns crimes, a eles imputados, como o da recusa ao serviço militar obrigatório (considerado assim somente a partir do século III), o de lesa-majestade (quando o cristão opunha-se a cultuar a figura do imperador) e o crime de ateísmo, que diria respeito, na verdade, à já conhecida intolerância cristã aos deuses pagãos. E, como consequência desta mesma intolerância, os adeptos da fé no chamado Cristo acabariam se tornando vítimas das mais ilusórias acusações, tais como as de que adoravam a cabeça de um asno, assassinavam crianças em reuniões orgiâcas e, dentre várias outras, as de que praticavam o incesto<sup>4</sup>.

Não bastasse isto, se as águas do rio Tibre, na Itália, “saem do leito e invadem a cidade” ou “se ao contrário as águas do Nilo”, no Egito, “não crescem para inundar os campos, se houver seca, carestia, peste, terremoto, é tudo culpa dos cristãos, que desprezam os deuses” (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 1983, p. 205) e que poderiam, justamente por isso, servir, no entender de um ou outro imperador, como bodes expiatórios para as implicações socioeconômicas de tais crises.

Teria sido assim com Nero, imperador entre os anos 54 e 68, que uma vez apontado como responsável pelo incêndio que destruiu boa parte da capital imperial, no ano 64, apresentou como culpados os cristãos. O que se sabe, porém, é que Nero se dava a orgias, bem como a espetáculos circenses, e viria a ser uma destas ocasiões que, de acordo com os rumores que circulavam entre o povo, teria ateado fogo em Roma (PEDRO, 1985, p. 207). E como os pagãos não viam com bons olhos os monoteístas cristãos, mesmo porque eram constantemente censurados por estes, Nero não poderia oferecer melhores bodes expiatórios. Estava aberto, portanto, o período de “caça aos cristãos”. Período este que, apesar de intermitente, apresentou, entre os séculos I e IV, uma vasta lista com milhares de vítimas do martírio. No caso específico da perseguição promovida por Nero, foram presos, a princípio, os que se confessavam cristãos. Assim identificados, muitos foram forçados, mediante torturas, a confessar um crime que não haviam cometido e, não sendo possível convencê-los de tal crime, isto é, o incêndio, foram condenados a sofrer as mais duras penas. Sabe-se de cristãos que, num verdadeiro espetáculo de horror, foram lançados às feras soltas no centro do Coliseu, a arena destinada a competições, jogos e divertimentos do famoso circo de Roma. Nero teria ordenado, ainda, que vários cristãos fossem amarrados a postes de madeira, logo depois de terem sido cobertos com piche, óleos e resinas, para, então, serem incendiados

<sup>4</sup> Para mais detalhes, confira Daniélou e Marrou (1973, p. 102, 107), além de Johnson (1995, p. 87-88).

como verdadeiras tochas humanas que, ao cair da noite, iluminariam até as ruas. Sabe-se, também, da aplicação de ferro em brasa nas partes mais sensíveis do corpo, além da cadeira de fogo incandescente, na qual o cristão era obrigado a se sentar. Dentre as vítimas da matança de Nero, destacam-se duas das maiores figuras do Cristianismo: os apóstolos Pedro e Paulo.

Pedro, também conhecido como Cefas, ou Simão Bar Jonas, foi um dos doze discípulos ou apóstolos escolhidos por Jesus Cristo a fim de auxiliá-lo em sua missão de anunciar o Evangelho. De humilde pescador da Galileia, na Palestina, Pedro viria a se tornar, de acordo com a Bíblia, um grande “pescador de homens” (Mateus 4, 18-19; Marcos 1, 16-17; Lucas 5, 1-10). Digno de nota, quanto a isto, é que, numa das ocasiões em que pregara acerca da ressurreição do Cristo, teria feito, ainda de acordo com as Escrituras, algo em torno de 3.000 novos adeptos para a fé que, naquele momento, começava a crescer (Atos 2, 38-41). Uma vez condenado à crucificação, já que um nome de tão grande vulto dificilmente passaria imune à perseguição de Nero, Pedro assim teria dito aos executores da pena:

Meu Senhor foi colocado de pé na cruz porque desceu do Céu à terra, enquanto eu, que Ele se digna a chamar da terra ao Céu, devo ser colocado na cruz com a cabeça na terra e os pés voltados para o Céu. Como não sou digno de estar na cruz da mesma maneira que meu Senhor, virem minha cruz e crucifiquem-me de cabeça para baixo (VARRAZZE, 2003, p. 507).

Paulo, por sua vez, tendo atuado, de início, como obstinado perseguidor dos cristãos, converteu-se ao Cristianismo durante uma viagem para Damasco, na Síria, após a qual se tornaria um dos maiores propagadores da fé cristã na Antiguidade. Teria ainda o mérito de ser o grande responsável pelo rompimento dos laços entre Judaísmo e Cristianismo, ao fazer com que este último se tornasse acessível aos gentios, isto é, aos povos não judeus<sup>5</sup>.

Seu martírio, verificado em Roma, ocorreria em fins dos anos 60 da era cristã, logo após ter realizado importantes viagens missionárias pelas terras do vasto Império Romano. Quanto ao culto em torno de sua pessoa, uma ideia da intensidade com que Paulo viria a ser venerado pode ser obtida quando da leitura da Legenda Áurea, a mais famosa coletânea hagiográfica medieval, que diz:

A que poderia compará-lo? Ao ferro? Ao diamante? De que era composta sua alma? De diamante ou de ouro? Ela era mais firme que o mais duro diamante, mais preciosa do que o ouro e as pedras de maior valor. A que poderíamos comparar essa alma? A nada, a menos que ao ouro fosse dada a força do diamante ou ao diamante o brilho do ouro. Mas por que compará-lo ao ouro ou ao diamante? Ponham o mundo inteiro na balança e verão que a alma de Paulo pesará mais (VARAZZE, p. 525).

Depois de Nero, outros governantes imperiais romanos também perseguiriam os adeptos do Cristo até que, no ano 313, os imperadores Constantino e Licínio determinaram, em definitivo, que os cristãos, bem como os seguidores de outras crenças, poderiam, a partir de agora, desfrutar da almejada liberdade de culto (PEDRERO – SANCHEZ, 2000, p. 27-28).

Mas é em fins do século II de nossa era que se observam, por ocasião dos martírios (morte em decorrência das perseguições), as primeiras manifestações de devoção aos santos cristãos, quais sejam, o zelo para com as sepulturas dos mártires; a celebração, junto a tais túmulos, de banquetes, ou mesmo da eucaristia, no dia da inumação e, anualmente, no dia do

<sup>5</sup> Conseguiu tal façanha ao compreender que se a fé no sacrifício do Cristo na cruz foi suficiente para que os gentios pudessem ser salvos, então tais povos não precisariam adotar os costumes judaicos (incluindo a circuncisão) para que se tornassem cristãos. É o que se entenderia, por exemplo, da leitura de uma carta de Paulo aos Gálatas (3, 8-11).

aniversário do martírio; além da edificação, sobre estes mesmos sepulcros, de capelas a fim de se suplicar a intercessão dos santos (MARROU, 1973, p. 320). Entretanto, que razões poderiam ser apontadas para a ocorrência de tais manifestações de piedade? Seriam, puramente, fruto de uma profunda admiração pelo testemunho de um fervoroso discípulo do Cristo, para quem nem mesmo a ameaça de morte lhe faria renegar sua fé? De fato, tamanha era a convicção que sustentava o mártir, que, ao morrer pela mesma, naturalmente, despertaria nos demais cristãos uma admiração que, por si só, pareceria conferir sentido às primeiras demonstrações de culto aos santos. Os casos dos bispos Policarpo de Esmirna e Inácio de Antioquia seriam exemplos disso. Enquanto, no século II, era queimado vivo no centro do anfiteatro de Esmirna, Policarpo, de acordo com a tradição, teria tido, ainda, forças para fazer a seguinte oração: “Sede para sempre bendito, Senhor, que vosso nome adorável seja glorificado em todos os séculos, por Jesus Cristo, pontífice eterno e onipotente, e que toda a honra vos seja dada com ele e o Espírito Santo, por todos os séculos” (SGARBOSA; GIOVANNINI, 1983, p. 362). Tamanha seria a admiração que conseguiu despertar nos presentes, que Policarpo, uma vez morto, teve seus restos recolhidos, à semelhança de tesouros, para que em certa data fosse celebrado, junto aos mesmos, seu aniversário de martírio. Já no caso de Inácio, bispo de Antioquia, tendo, como vítima da perseguição de Trajano (98-117), terminado “seus dias na arena, devorado pelas feras selvagens, tornou-se objeto de afetuosas atenções da parte das várias comunidades cristãs nas cidades por onde passou” (SGARBOSSA; GIOVANNINI, 1983, p. 362).

Embora tais casos sejam o bastante para demonstrar o quanto os primeiros mártires cristãos foram admirados e honrados pelo testemunho de fé que deram, a explicação das primeiras manifestações de culto aos santos enquanto fruto de uma profunda admiração pelo martírio parece insuficiente, dadas as formas pelas quais tais mártires foram cultuados. Formas estas que, de acordo com o historiador da Igreja Henri Marrou (1973, p. 320), mostrar-se-iam flagrantemente pagãs, já que assim “os pagãos honravam seus defuntos”. Uma resposta mais satisfatória que a da “admiração profunda” talvez seja encontrada a partir da situação religiosa pré-cristã daqueles cristãos que, como um todo, vivenciaram ao menos parte do longo período das perseguições.

### **1.1 Antes do Cristianismo**

De um modo geral, tais cristãos traziam consigo um passado religioso vinculado, sobretudo, ao politeísmo. De maneira que o Império Romano, desde sua fundação, no ano 27 a.C, já abrigava, em seu interior, uma grande variedade de cultos cujas origens eram as mais diversas, levando-se em conta a extensão do vasto Império (que ia da Grã-Bretanha ao Oriente Médio, passando pelo Norte da África).

Dentre estes cultos, destacavam-se os de cunho politeísta, tais como os dos próprios romanos. Estes, no período em que viveram sob um regime monárquico, tinham, como “deuses”, espíritos impessoais cuja habitação se encontrava em qualquer elemento da natureza. Já na República, época de expansão político-territorial, os romanos assimilavam, sobretudo dos gregos, uma série de divindades humanizadas, cujos nomes originais foram, em sua maioria, substituídos por outros de origem latina. Assim, teríamos, mesmo no Império, Júpiter, uma espécie de guardião do Estado e do povo romano, como equivalente de Zeus, o deus-pai dos gregos; Vênus, como sinônimo de Afrodite, a deusa grega do amor; Marte, como equivalente de Ares, a deusa grega da guerra, e, dentre outros, Baco, o deus do vinho e da aventura, cujo equivalente grego seria Dioniso (HADAS, 1969, p. 121-128).

Igualmente politeístas eram os cultos praticados pelos gregos. Seus deuses, tais como os dos romanos (que, aliás, constituíam versões latinizadas das divindades gregas), eram seres antropomórficos, isto é, seres que, à semelhança dos humanos, apresentavam vícios e virtudes. A fim de manifestar sua devoção a tais deuses, os gregos dirigiam-lhes

orações, oferendas e sacrifícios, visando, com isso, a obtenção dos favores divinos. E o exercício de tal devoção poderia ocorrer tanto no âmbito doméstico quanto no espaço público (FERREIRA, 1997, p. 60).

Recorria-se, também, aos chamados deuses salvadores, dentre os quais se destacavam os de procedência oriental, tais como Isis (deusa egípcia da fertilidade), Cibele (deusa frígia, também, da fertilidade) e, além de outros, o guerreiro Mitra, deus persa que, devido a certas semelhanças com o Cristianismo<sup>6</sup>, teve sua religião fortemente combatida pela Igreja Cristã.

Tais informações parecem suficientes para acreditar que a situação religiosa das pessoas sobre as quais o Cristianismo haveria de atuar era, de um modo geral, politeísta. Ou seja, imperavam, no seio do Império, formas religiosas que admitiam a coexistência de mais de uma divindade, às quais prestava-se culto. A estes, que prestavam culto a vários deuses, os cristãos se referiam como “pagãos”. Sobre eles é que, lentamente, os adeptos do Cristo conseguiriam, em meio a lutas e perseguições, lograr êxito em seu trabalho de evangelização.

E, uma vez convertidas à religião do Cristo, as massas pagãs acabariam por assumir, em substituição ao politeísmo, uma nova mentalidade:<sup>7</sup> a mentalidade monoteísta cristã. Por meio desta, o pagão convertido ao Cristianismo passaria a conceber o Universo enquanto espaço de atuação de uma única divindade. Quanto aos deuses que, até então, venerava, haveria o pagão de se convencer de que, “na verdade”, tais deuses não passariam de demônios, isto é, anjos malignos a serviço do grande e terrível inimigo de Deus e de toda a Criação: o Diabo ou Satanás<sup>8</sup>.

Tamanho seria o progresso do Cristianismo junto a indivíduos pagãos de todas as ordens sociais dentro do Império (e mesmo fora dele), que “no decurso do século V, os pagãos já tinham passado de maioria a minoria; e no decurso do século VI acabam por vir a desaparecer” (LOT, 1985, p. 49). Apesar disto, o florescimento do culto dos mártires, no contexto das perseguições que se abateram sobre os cristãos, haveria de mostrar que a mentalidade politeísta não pudera ser totalmente superada por outra monoteísta, uma vez que as formas pelas quais tais mártires foram venerados fizeram-se, como se pretende demonstrar, largamente tributárias a costumes pagãos. Residiriam, pois, aí (em expressões de uma mentalidade pagã mal superada por outra monoteísta) as possíveis razões para o culto dos santos cristãos.

## **2 O Culto dos Santos: pagão na forma, cristão no conteúdo**

O argumento de que as razões para o culto dos santos poderiam estar, não puramente numa admiração profunda pelo testemunho de um mártir, mas em expressões de uma mentalidade pagã (mal superada pela monoteísta) se explica pelas já mencionadas primeiras manifestações de devoção aos mártires em fins do segundo século depois de Cristo.

---

<sup>6</sup> Tais como as que se verificam entre as narrativas do nascimento de Mitra e do Cristo. Segundo Pierre Grimal (189, p. 78), Mitra teria nascido numa rocha, onde, logo depois, teria recebido a visita de alguns pastores. Além disso, outras semelhanças, como as que dizem respeito ao batismo e à eucaristia, verificam-se entre o Cristianismo e o Mitraísmo. Enquanto o primeiro batizava seus adeptos por meio da água, o segundo já o fazia utilizando o sangue de um touro degolado. E enquanto, no primeiro, celebrava-se a chamada Ceia, mediante o pão e o vinho, o segundo já o fazia por meio do pão, do vinho e da água. Ver Challaye (1962, p. 239).

<sup>7</sup> De acordo com Ronaldo Vainfas (2001, p. 138) e Hilário Franco Júnior (1997, p. 134), entende-se por mentalidade uma forma de crença e comportamento que muda muito lentamente ao longo do tempo.

<sup>8</sup> Em sua primeira carta aos coríntios (10, 20), Paulo esclarece, aos neoconvertidos, que “as coisas que os gentios sacrificam, as sacrificam aos demônios, e não a Deus”.

Assim, quando se assiste, por exemplo, à realização de banquetes junto ao túmulo dos mártires cristãos, o que se pode perceber é, certamente, uma reedição, com um novo conteúdo, de uma prática há séculos muito comum entre os pagãos. Olavo Leonel Ferreira (1997, p. 53) informa que, entre os gregos, os banquetes constituíam os eventos sociais mais importantes. Ocorriam a fim de se comemorar nascimentos e casamentos, a fim de homenagear amigos e até mesmo por ocasião dos falecimentos. Quando se tratava do falecimento de alguém ilustre, havia o costume de se realizarem banquetes, bem como jogos fúnebres em sua memória. E, como os gregos acreditavam que os mortos adquiriam uma espécie de segunda vida em seus túmulos, colocavam oferendas e também derramavam bebidas sobre eles. Porém, no caso dos mártires, embora, de acordo com Henri Marrou (1973, p. 321), tais banquetes também pudessem expressar “superstição assaz grosseira”, como alimentar os mortos, em geral destinavam-se à celebração do “aniversário do martírio” do morto, isto é, do dia em que teria “nascido para Deus”. A fim de eliminar festas pagãs do mesmo gênero, tais banquetes teriam sido aceitos pela Igreja como um “mal menor”, já que eram praticados com intenção puramente cristã, qual seja, a de conseguir a intercessão dos mártires junto a Deus. Desse modo, veem-se, em fins do IV século, os padres da Igreja justaporem ao banquete fúnebre a celebração da eucaristia, “que acabará por substituí-lo particularmente par a festa do mártir”, estabelecida no dia do aniversário de sua morte pela causa cristã (MARROU, 1973, p. 321).

Da mesma forma, os numerosos monumentos erguidos sobre o túmulo de mártires, cuja diversidade é grande (podendo ser uma simples mesa ou uma sala mobiliada para o banquete comemorativo ou, ainda, uma capela a fim de se suplicar a intercessão dos santos), constituiriam reedições cristãs de construções “criadas por pagãos para seus mausoléus” (MARROU, 1973, p. 321). Algo parecido com o que acontecia entre os egípcios, pois, segundo estes, a fim de que “o morto pudesse renascer, ele precisava preservar algumas coisas materiais na sua própria tumba (casa da eternidade), tais como alimentos, roupas, e objetos de adorno” (PEDRO, 1985, p. 37).

Outra forma de expressão do culto dos santos que, tão logo tenha aparecido, não teria feito mais que confirmar uma prática que, dotada agora de um novo conteúdo, já existiria há milênios, foi a veneração das chamadas relíquias sagradas. Entendidas aqui, e de acordo com Hilário Franco Júnior (2001, p. 185), como “partes de um corpo santo ou objetos que estiveram em contato com ele”, as relíquias representariam, portanto, as principais espécies de amuleto cristão. Pois, “sendo fragmentos materiais do mundo divino”, elas protegeriam seus possuidores, sacralizariam o local em que se encontrassem e atrairiam, conforme sua importância, multidões para venerá-las.

Em relação à crença no poder de tais relíquias, a mesma não alcançava apenas as massas iletradas ou a parte menos instruída do clero cristão, mas também o alto clero, que, apesar de sempre atento a tal forma de devoção, não nutria a menor sombra de dúvida quanto à sua autenticidade. Assim, enquanto Roma se orgulhava de possuir os corpos dos santos Pedro e Paulo e Constantinopla se gabava de possuir os de André, Lucas e Timóteo, Jerusalém apresentava, como suas “descobertas” impressionantes, o corpo do santo Estevão; a cabeça de João Batista; a cadeira de são Tiago; os grilhões de são Paulo; a coluna usada no açoitamento do Cristo e, até mesmo, a própria cruz (cuja descoberta atribui-se a Helena, mãe do imperador Constantino, que teria encontrado ainda os cravos utilizados na crucificação). Já em diversas outras localidades, veneravam-se, dentre as inumeráveis relíquias tidas como sagradas, o “leite” da Virgem Maria; o “dente” e o “umbigo” do Menino Jesus; uma “lágrima” do Cristo; alguns “fios de cabelo” seus; os “pães do milagre da multiplicação”, bem como os “da última Ceia”, além das faixas nas quais o Cristo teria sido envolvido (JOHNSON, 2001, p. 128-129 e 196-197).

Se, de acordo com a psicologia religiosa dos cristãos de fins da antiguidade, bem como dos de boa parte da Idade Média, as relíquias tinham o poder de proteger seus possuidores, sacralizar o local onde se encontrassem e, dentre outras coisas, o de atrair multidões para venerá-las, tais objetos acabavam sendo utilizados como verdadeiros amuletos, principalmente quando “dentro de pequenas joias penduradas no pescoço do dono” (JOHNSON, 2001, p. 130). Aliás, o hábito de portar amuletos já era muito comum no antigo Egito, também na Pérsia (onde eram fabricados com pedras preciosas) e mesmo na Judeia (onde os profetas e os legisladores judaicos condenaram o seu uso). Daí, tal hábito teria passado à Grécia e Roma, sendo adotado, posteriormente, pelos cristãos.

Tamanha era a veneração pelas relíquias dos santos, que muitos eram os cristãos que procuravam ser enterrados o mais perto possível do lugar onde repousariam os restos de um mártir venerado, e, isto, na esperança de que este personagem se fizesse seu advogado junto a Deus, no dia do julgamento (MARROU, 1973, p. 322).

Por fim, uma das formas de expressão do culto dos santos que, dentre as já citadas, não poderia deixar de ser mencionada é o culto dos ícones ou imagens sagradas. Isto porque tal culto também constituiria um prolongamento, ainda que dotado de um novo conteúdo, de uma prática, há muito, já existente entre povos politeístas<sup>9</sup>.

## 2.1 Uma questão de mentalidade

Dados os exemplos de que seriam nitidamente pagãs as formas pelas quais os santos cristãos foram venerados, tais formas poderiam ser aqui entendidas como produto de antigos costumes, sobretudo religiosos, profundamente arraigados na psicologia popular. E para a melhor compreensão deste fenômeno, o conceito de mentalidade, tal qual utilizado por autores como Jacques Le Goff, em muito contribuiria. Entendida por este autor como sendo “o nível mais estável, mais imóvel das sociedades” (LE GOFF, 1995, p. 69), a mentalidade diria respeito àquilo que “escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum” (LE GOFF, 1995, p. 71).

Trata-se, portanto, de uma forma de crença e comportamento que muito lentamente mudaria ao longo do tempo, de modo que, no caso do despontar das primeiras expressões de devoção aos mártires cristãos, os quais tornaram-se, a partir de então, intercessores junto a Deus, a mentalidade pagã não poderia, num relativo curto espaço de tempo - isto é, da evangelização dos chamados gentios, no século I, até as primeiras manifestações de devoção aos mártires, em fins do século II -, ser totalmente anulada com a conversão ao Cristianismo.

---

<sup>9</sup> Na Grécia, por exemplo, a cidade de Atenas era palco de uma grande festa em homenagem à sua deusa protetora, Atena. Tal festa se iniciava com execuções musicais, além de competições esportivas, e finalizava-se com uma grande procissão em que, jovens, velhos, cidadãos e estrangeiros, com suas respectivas famílias, percorriam toda a cidade levando até ao santuário de Atena uma nova vestimenta para a estátua de madeira da deusa (GIORDANI, 1967, p. 485).

Para o historiador Hilário Franco Júnior,

O homem é plural na cultura e singular na mentalidade. Claro que, na longa duração histórica, o ritmo mais acelerado da primeira provoca transformações lentas na segunda, o que por sua vez gera novas mudanças culturais. No entanto, as movimentações superficiais (mesmo que para nós, observadores, pareçam muito intensas) da História não alterariam significativamente aquela base mental vinda da Pré-História. Tendemos a esquecer que aquilo que chamamos de História representa menos de 1% do tempo de existência da espécie humana. Tempo que, por mais rico e acelerado que tenha sido, não pode alterar tudo. As ondas da História, mesmo violentas, pouco mexem com o fundo do oceano, centenas de metros abaixo” (2001, p. 138).

Daí a razão para acreditar que os povos pagãos, uma vez convertidos à religião monoteísta cristã, teriam mantido, consciente ou inconscientemente, costumes, sobretudo religiosos, que, apesar de, agora, dotados de um novo conteúdo, já vinham sendo vivenciados há muito tempo.

Acerca disso alguns autores fizeram breves comentários. Speros Vryonis (1967, p. 44), por exemplo, afirmou que a “hagiolatria”, isto é, o culto dos santos, bem como outras práticas, seriam “provas das concessões que o Cristianismo teve de fazer”, uma vez que “a igreja não conseguiu desviar o povo das práticas pagãs que haviam estado intimamente associadas à vida diária”. Já o historiador das religiões Félicien Challaye (1962, p. 239), não escondeu, por sua vez, o exagero ao dizer que “os anjos, os demônios, os santos são os espíritos do Animismo”. E, mesmo tendo feito questão de esclarecer que o “culto dos santos não é o culto dos deuses disfarçados sob um novo nome”, Ferdinand Lot (1985, p. 56) não deixou de fazer soar pejorativa sua referência a esta mesma devoção como “paganismo cristão” (1985, p. 269). Foi a ela que se referiu quando disse que “o paganismo é a erva daninha que incessantemente renasce no seio do catolicismo” (LOT, 1985, p. 86). Nota-se, portanto, que muito embora sustentem explicações diferentes para o culto dos santos, todos estes autores sugerem ter sido tal culto produto de uma espécie de “contribuição” pagã ao monoteísmo cristão.

### 3 Considerações finais

Por tudo o que se expôs até aqui, poder-se-ia inferir, segundo a abordagem a que se propôs este trabalho, que o culto dos santos, com todas as suas tradicionais formas de expressão, bem como a generalização da crença na intercessão póstuma destes mesmos personagens, constituiria, ironicamente, a maior contribuição que o paganismo poderia dar à religião monoteísta cristã. Ressalte-se, entretanto, o conteúdo absolutamente cristão de tais manifestações de culto para com figuras que, apesar de outrora tão humanas quanto os seus agora devotos, elevaram-se - graças, primeiro, ao testemunho de fé que em vida deram, e, segundo, à morte pelo martírio - à condição, socialmente legitimada, de intercessores junto a Deus.

E se, por um lado, conforme argumenta o historiador das religiões Félicien Challaye (1962, p. 239), as similaridades entre o Cristianismo e outras tradições religiosas “podem chocar alguns cristãos de alma acanhada, que uma espécie de vaidade, ao mesmo tempo individual e coletiva, impele a crer no caráter único de sua religião”, por outro lado, e aí, pois, residiria, a possível contribuição social deste trabalho, “homens de coração mais largo poderiam, sem renunciar a uma preferência sentimental pela personalidade ideal de Jesus, rejubilar-se à idéia de que sua fé é a síntese dum vasto passado humano”.

## Referências

AYMARD, A.; AUBOYER, J. A ideologia e as realidades do Estado. In: AYMARD, A.; AUBOYER, J. **Roma e seu Império**. 2. v. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963, p. 39-46.

**BÍBLIA SAGRADA**: tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Delta 1980.

CHALLAYE, F. **Pequena História das Grandes Religiões**. São Paulo: IBRAPA, 1962.

DANIÉLOU, J; MARROU, H. **Nova História da Igreja – I.2**. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

FERREIRA, O. L. **Visita à Grécia Antiga**. São Paulo: Moderna, 1997.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média**: nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GIORDANI, M. C. O cristianismo: propagação. In: GIORDANI, M. C. **História de Roma**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1970, p. 322-349.

GRIMAL, P. A vida e os costumes. In: GRIMAL, P. **A civilização romana**. Lisboa: Edições 70, 1984, p.65-88.

HADAS, M. Os deuses de Roma. In: HADAS, M. **Roma imperial**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969, p.121-128.

JOHNSON, P. **História do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LE GOFF, J. As Mentalidades. In: LE GOFF, J; NORA, P. **História**: novos objetos. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 69-81.

LOT, F. O império Romano e a Igreja no século IV. In: LOT, F. **O fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 1985, p.38-59.

NOGUEIRA, C. R. **O Diabo no Imaginário Cristão**. São Paulo: Ática, 1986.

PADILLA, I; MENGOZZI, F. A Nova Onda dos Santos. In: **Revista Época**. São Paulo: Globo, Março, 2005, p. 60-67.

PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. O Mundo Mediterrâneo na Idade Média. In: PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: UNESP, 2000, p. 27-28.

PEDRO, A. **História Antiga e Medieval**. São Paulo; Moderna, 1985.

SGARBOSSA, M; GIOVANNINI, L. **Um Santo Para Cada Dia**. São Paulo: Paulus, 1983.

VAINFAS, R. História das mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

VARAZZE, J. **Legenda Áurea: vidas de santos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VRYONIS, S. Transição da Antiguidade e aparecimento de Bizâncio. In: VRYONIS, S. **Bizâncio e Europa**. Lisboa: Editorial Verbo, 1967, p. 11-57.